

## PROJETO DE LEI Nº38/2025

Dispõe sobre a concessão do Auxílio-Alimentação aos servidores da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Passa Vinte, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º.** Esta lei dispõe sobre a concessão do benefício do Auxílio-Alimentação aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal de Passa Vinte, adotando regulamentação própria e específica, em substituição à Lei municipal nº 156/2019.

**Art. 2º.** O auxílio-alimentação será pago mensalmente a cada servidor e terá caráter indenizatório, destinando-se a custear a alimentação dos servidores, não integrando a remuneração para nenhum efeito.

**Art. 3º.** O Auxílio-Alimentação será concedido em pecúnia, no valor individual de R\$ 183,60 (cento e oitenta e três reais e sessenta centavos) por mês, e será pago conjuntamente com a remuneração mensal, independente de requerimento dos servidores.

**Parágrafo único.** O auxílio não é considerado como rendimento tributável, e, por sua natureza indenizatória, não sofrerá incidência de contribuição previdenciária nem desconto de imposto de renda.

**Art. 4º.** Farão jus ao Auxílio-Alimentação todos os servidores da Câmara Municipal, incluindo os ocupantes de cargos efetivos e em comissão, assim como os eventuais contratados por tempo determinado nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal.

**Art. 5º.** Os servidores perceberão o Auxílio-Alimentação mensalmente, enquanto estiverem em atividade nos respectivos cargos ou funções.

**§ 1º.** No mês em que o exercício não for integral, o valor do auxílio será calculado proporcionalmente ao período de efetivo exercício do cargo ou função.

**§ 2º.** Havendo faltas injustificadas do servidor ao serviço, será realizado o desconto do valor proporcional do Auxílio-Alimentação.

**Art. 6º.**O/a servidor/a também fará jus ao Auxílio, como se em exercício estivesse, nas seguintes hipóteses:

I – Nos períodos de gozo de férias regulamentares;

II – Nos dias em que se ausentar do serviço em virtude de concessões autorizadas pelo Estatuto dos Servidores;

III – Quando estiver fruindo de Licença-maternidade, Licença-paternidade ou Licença-adotante;

IV – Quando afastado/a em gozo de licença para tratamento de saúde, ou por acidente em serviço;

V – Durante o gozo de licença-prêmio;

VI – Nos dias de pontos facultativos e recessos concedidos pela Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** O auxílio-alimentação não será computado em caso de indenização de férias não gozadas nem de conversão de licença-prêmio em pecúnia.

**Art. 7º.**Não fará jus ao Auxílio-Alimentação o servidor:

I – Quando estiver em gozo de licença não remunerada ou de outras licenças que não aquelas previstas nos incisos III, IV e V do artigo 6º;

II – Que estiver cedido para outro órgão público;

III – No décimo terceiro salário;

IV – Que estiver suspenso de suas atividades em decorrência de decisão judicial ou de decisão final em processo disciplinar.

**Art. 8º.** O valor do Auxílio, previsto no artigo 3º, será atualizado anualmente, por meio de portaria do Presidente da Câmara, com base no índice de variação anual do IPCA do IBGE.

**Art. 9º.** Fica modificado o § 9º do art. 1º da Lei municipal nº 156/2019, de forma a excluir a sua aplicação aos servidores do Poder Legislativo, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

“ **Art. 1º.**( ... )

.....

**§ 9º.** *O auxílio-alimentação será concedido a todos os servidores ativos do Poder Executivo do Município, abrangendo os ocupantes de cargos efetivos e de cargos em comissão, e os agentes contratados por tempo determinado na forma do art. 37, IX da Constituição Federal.*”

**Art. 10.** As despesas decorrentes desta lei serão cobertas pelas dotações pertinentes do orçamento do Poder Legislativo, criadas ou suplementadas caso necessário.

**Art. 11.** O auxílio-alimentação de que trata esta lei será devido a partir de **1º de agosto de 2025**, devendo ser pagos retroativamente os valores correspondentes aos meses anteriores à sua efetiva implantação.

**Art. 12.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei municipal nº 50/2013.

Passa Vinte-MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

MAGNO FAISTHER DE SOUZA

Presidente da Câmara

Edilson Leandro da Silva

Vice – Presidente

Paulo Sérgio Elias Neves

secretário

#### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo criar uma nova regulamentação e modificar o valor do auxílio-alimentação dos servidores da Câmara Municipal.

O auxílio-alimentação é atualmente regulamentado pela Lei Municipal nº 156/2019, porém esta lei foi elaborada primeiramente como foco de atender aos servidores do Poder Executivo, e apenas secundariamente previu que seria também aplicada aos servidores do Legislativo.

Entretanto, é desejável que a Câmara Municipal, por fazer parte de um Poder independente e por possuir peculiaridades em relação ao Executivo, possua uma regulamentação própria deste benefício.

Uma das características é a escolha pela concessão apenas mediante pagamento em pecúnia, ou seja, lançamento do valor do auxílio na folha de pagamento, afastando-se as modalidades de cartão e concessão de cesta básica.

Por isso, propomos este projeto, que, em linhas gerais, reproduz os principais parâmetros já vigentes nas Leis nºs 156 e 174/2019.

Quanto ao valor, propomos sua redefinição para R\$183,60, considerando o tempo transcorrido desde a fixação do valor anterior, em 2019, e mais uma valorização a fim de torná-lo mais justo e razoável para a finalidade a que se destina.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste projeto de lei, que representa um avanço na valorização dos servidores da Câmara e na independência do Poder Legislativo.

Passa Vinte, 16 de setembro de 2025.

Magno Faisther de Souza  
Presidente da Câmara

Edilson Leandro da Silva  
Vice-presidente

Paulo Sérgio Elias Neves  
Secretário